



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

HELENA ABILIO COSSA

**O COLORISMO ENTRE JOVENS NEGROS MOÇAMBICANOS E SEUS
IMPACTOS SOCIOCULTURAIS NAS REDES SOCIAIS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

HELENA ABILIO COSSA

**O COLORISMO ENTRE JOVENS NEGROS MOÇAMBICANOS E SEUS
IMPACTOS SOCIOCULTURAIS NAS REDES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no âmbito do curso de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Marcos Vieira Passos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

HELENA ABILIO COSSA

**O COLORISMO ENTRE JOVENS NEGROS MOÇAMBICANOS E SEUS
IMPACTOS SOCIOCULTURAIS NAS REDES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no âmbito do curso de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 06/07/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marlon Marcos Vieira Passos (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Michelle Cirne Ilges

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. M.e Carlos Antônio Barros de Oliveira

Secretaria da Educação do Estado da Bahia, Rede Anísio Teixeira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DE PESQUISA	6
3	OBJETIVOS	7
3.1	GERAL	7
3.2	ESPECÍFICOS	7
4	JUSTIFICATIVA	7
5	HIPÓTESES	9
6	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	9
6.1	O COLORISMO COMO FENÔMENO SOCIAL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS	11
6.2	COLONIALISMO PORTUGUÊS E A PRODUÇÃO DE HIERARQUIAS RACIAIS EM MOÇAMBIQUE	13
6.3	O COLORISMO NO AMBIENTE DIGITAL: PLATAFORMAS, ALGORITMOS E VISIBILIDADE	14
6.4	SUBJETIVIDADE, AUTOESTIMA E A POLÍTICA DA PELE EM MOÇAMBIQUE	16
6.5	CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM MOÇAMBIQUE	17
7	METODOLOGIA	18
8	CRONOGRAMA	20
	REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

Moçambique, foi uma ex colônia de Portugal que alcançou a sua independência em 1975, embora isso, Moçambique herda relações sociais e modos de organização social da era colonial, como o racismo, colorismo, machismo, entre outros, os efeitos dessas heranças encontram-se presentes em várias dinâmicas sociais, o tanto que influenciou nas subjetividades dos moçambicanos, a estética, a autopercepção e o auto estima, o colonialismo europeu produziu uma lógica em que a proximidade da branquitude passou a representar humanidade, inteligência, beleza, moralidade e valor social, enquanto tudo aquilo associado à africanidade foi transformado em sinônimo de inferioridade, brutalidade e exclusão (Devlusky, 2012). Nesse contexto, negros de pele clara passaram a ocupar uma posição ambígua dentro da estrutura racial, embora continuem submetidos ao racismo, recebem concessões relativas em determinados espaços sociais quando comparados às pessoas negras de pele retinta, esse fenômeno encontra um nome em Moçambique, colorismo.

Dado o efeito colonial, a experiência da miscigenação violenta, a priori, foi presente, resultando assim, na construção do mestiço (mulato), em Moçambique a palavra “mulato”, de ressaltar que na realidade moçambicana, diferentemente do Brasil, a palavra mulato não é pejorativa, pelo contrário é uma categoria de apreciação e possui prestígios sociais (Humbane; Chemane, 2021). Dessa forma, no contexto moçambicano, o colorismo opera através de múltiplos elementos fenotípicos, como textura do cabelo, formato do nariz, espessura dos lábios, tonalidade da pele e outros traços (Devlusky, 2012).

Diante de uma sociedade cada vez mais digitalizada os jovens moçambicanos têm buscado ocupar espaços nos meios digitais por meio da produção de conteúdos digitais em diversas redes sociais, no Instagram, TikTok, Facebook entre outros, a busca por ativos como o reconhecimento, visibilidade e engajamento tem mobilizado muitos jovens moçambicanos, essa busca tem sido marcada por vários elementos sociais, desde a própria criatividade dos criadores de conteúdo, cor de pele, classe social, gênero, para além disso, os mecanismos destas redes sociais e a própria necessidade de adaptação dos usuários tem sido fatores determinantes por essa busca de ativos sociais.

Nos últimos tempos, as redes sociais têm sido um espaço de produção e reprodução de identidades, entretanto, o colorismo atravessa as relações digitais e influência em vários processos de reconhecimento e visibilidade dentro desse ambiente virtual (Terlizzi, 2025).

Assim, podemos observar que a internet não funciona apenas como ferramenta de comunicação, mas como um ambiente ideológico atravessado por relações de poder,

colonialidade e racismo estrutural, por conta disso, atualmente, plataformas digitais reforçam padrões estéticos eurocêntricos através da lógica do engajamento e da visibilidade, influenciadores negros de pele clara frequentemente recebem mais oportunidades de publicidade, maior aceitação pública e maior crescimento de audiência quando comparados a influenciadores negros retintos, isso mostra que o colorismo ultrapassa o espaço físico e também organiza os ambientes digitais.

No contexto moçambicano, essa discussão torna-se ainda mais relevante devido às marcas deixadas pelo colonialismo português e pela valorização histórica da pele clara como símbolo de status, modernidade e beleza. No entanto, é parte central desta pesquisa, compreender a influência da tonalidade de pele no reconhecimento, visibilidade e engajamento dos jovens moçambicanos nas redes sociais, especialmente no Instagram, TikTok e Facebook.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Hoje, em Moçambique, uma gama de jovens moçambicanos encontra-se cada vez mais consistente em ganhar protagonismo nas redes sociais de diferentes formas, mas diante disso, uma cenário chama atenção, uma diferença que estimula indagações, a cor da pele, qual o perfil de jovens negros com mais possibilidades de ganhar reconhecimento, visibilidade e engajamento em Moçambique, ressaltando, este cenário é uma realidade que marca historicamente o desdobramento das relações sociais moçambicanas, que diante de uma realidade miscigenada, a cor da pele tornou-se um elemento de análise social, tendo tornando-se objeto de estudo de vários trabalhos na temática das relações étnico raciais moçambicanas, contudo, esse trabalho busca compreender esse fenômeno partindo da urgência juvenil, reconhecimento, visibilidade e engajamento nas redes sociais. Com isso, este estudo parte da seguinte problemática, será que as redes sociais estão produzindo novas hierarquias de cor entre jovens negros moçambicanos?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Compreender a influência da cor de pele no reconhecimento, visibilidade e engajamento de jovens negros e negras moçambicanos residentes na cidade de Maputo, no ambiente virtual, especialmente nas redes sociais (Instagram, TikTok e Facebook).

3.2 ESPECÍFICOS

- Identificar fatores que contribuem para o engajamento, visibilidade dos jovens negros e negras moçambicanos nas redes sociais (Instagram, TikTok e Facebook);
- Mapear jovens negros e negras moçambicanos com maior visibilidade, reconhecimento e engajamento, nas redes sociais (Instagram, TikTok e Facebook) na cidade de Maputo.
- Examinar os fatores que contribuem na visibilidade, reconhecimento e engajamento de jovens negros e negras de várias tonalidades de pele residentes na cidade de Maputo;
- Comparar o engajamento de perfil de vários jovens negros moçambicanos nas redes sociais;
- Averiguar a percepção dos jovens negros e negras moçambicanos em termos de influência da sua própria tonalidade de pele na visibilidade, reconhecimento e engajamento nas redes sociais (Instagram, TikTok e Facebook).

4 JUSTIFICATIVA

O estudo justifica-se por integrar uma discussão que alimenta conflitos sociais na sociedade moçambicana, a cor da pele, melhor dizendo, tonalidade da pele, o que impacta de forma negativa a autopercepção das pessoas com tonalidade de pele mais retinta. Moçambique foi moldado durante anos por uma noção de modelo ideal de validação estética, e o clareamento da pele é resultante da experiência do branqueamento, inculcado na sociedade moçambicana

pelos portugueses durante a era colonial, fator que contribuiu na ridicularização dos fenótipos africanos. Entende-se que o colorismo que é o tema central deste estudo, não interfere apenas nas oportunidades materiais, mas também na construção da autoestima, das relações amorosas e da percepção de si, o que torna um fenómeno de estudo na realidade moçambicana

Compreender o colorismo é fundamental para desarticular as estratégias históricas utilizadas para fragmentar a população negra, naturalizar desigualdades e manter privilégios raciais. Para além disso, existe pouca produção na literatura moçambicana sobre a questão envolvendo, raça, colorismo, para isso, Humbane e Chemane (2021), explicam que se deve, primeiro, a estrutura demográfica do país, os negros compõem 99% da população e as restantes raças, nomeadamente mestiço, branco, indiano, paquistanês e chines compõem apenas 1%.

A segunda razão que influencia a reduzida produção, é que, vimos de uma tentativa de construção de uma sociedade do tipo socialista em que o racismo foi, pelo menos no plano discursivo, alvo de cerrado combate político. Paira, assim, no imaginário de muitos a ideia de que somos um país em que o racismo foi efetivamente vencido ou ultrapassado (Humbane; Chemane, 2021, p. 3).

Deste modo, aprofundar esta temática, leva a compreensões mais profunda sobre o colorismo em Moçambique a partir do olhar das redes sociais, pois, segundo Terlizzi (2025), a internet não é um espaço neutro, mas um ambiente profundamente atravessado por relações históricas de poder, racismo e colonialidade.

Este estudo possui grande relevância para a sociedade moçambicana e para a academia, onde, por integrar questões de natureza social, promovem-se análises sociológicas para futuras pesquisas envolvendo as relações sociais moçambicanas no ambiente digital, por outro lado, para a academia mesmo, o estudo se propõe a dar contribuições no campo da Antropologia, ao buscar-se compreender as subjetividades de diversos jovens negros em Moçambique.

Através das etnografias que o estudo busca analisar, possibilita abordar nuances de interesse antropológico para futuras pesquisas envolvendo relações étnico raciais da realidade moçambicana e áreas como História e Psicologia de certa forma, podem fazer uso deste estudo devido aos aspectos históricos da formação da sociedade moçambicana que estudo buscará elencar e quanto ao âmbito da Psicologia, a autopercepção dos jovens dá subsídios para pensar a saúde mental de jovens negros moçambicanos devido a frustrações que as redes sociais podem promover nos jovens na busca incansável de reconhecimento, visibilidade e engajamento.

5 HIPÓTESES

Diante de uma realidade marcada por conflitos e desigualdade sociais devido a questão da raça/cor, onde houve um processo histórico que sedimentou a hierarquização de tonalidade de peles, branco, mulato e preto. Os moçambicanos foram profundamente influenciados por esta lógica que se ampliou de forma intrínseca em várias esferas, institucionais, e no âmbito das relações sociais, com isso, parte-se da hipótese de que a tonalidade no tom da pele é um marcador social que inclusive define e permite leituras de estereótipos de pele, dando privilégio e visibilidade a pessoas com tonalidade de pele clara. Para além disso, observa-se que no meio digital jovens negras e negros com tonalidade de pele mais clara destacam-se mais comparativamente aos jovens negros de tonalidade de pele mais retinta. Com isso, este estudo é uma tentativa de busca de compreensão sociológica e antropológica baseada em métodos e técnicas de uma investigação etnográfica a de modo a compreender este paradoxo social presente na realidade moçambicana.

6 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O contexto colonial, embora superado, as ex colônias ainda enfrentam impactos deste processo, para pensar sobre as subjetividades hoje no contexto moçambicano, convida-nos a fazer um retorno reflexivo para entender como a estrutura colonial impactou sobre a percepção estética, isto porque, por muito tempo a representação, identidade foram pautados a partir de uma lógica colonial e eurocêntrica, e hoje, padrões de beleza, representatividade e visibilidade continuam sendo influenciados por heranças coloniais, seja no meio físico quanto no virtual nas mídias sociais. As normatividades do ocidente foram disseminadas em todos os ambientes de socialização, inclusive nas mídias sociais, o homem branco enquanto modelo padrão, essa normatividade tem marcado as relações sociais em vários contextos (Soweto, 2016).

Mais do que necessário, é importante entender a configuração das mídias sociais, que são espaços de entretenimento, mas também de construção de identidades, onde questões como visibilidade, engajamento e reconhecimento são ativos simbólicos na vida real. Para entender o conceito de mídias sociais, torna-se fundamental fazer uma imersão no campo da Comunicação Social.

Segundo, Costa (2017), as mídias sociais envolvem uma variedade de plataformas, como as Wikipédia, blogs, Twitter, inclusive aquelas que atuam como redes sociais, isto é, Facebook e o Instagram, as mídias sociais, são um novo modelo de comunicação, diferente dos modelos tradicionais, nas mídias sociais as interações acontecem de forma muito mais ampliada, com mais disponibilidade, diversidade, informação através de ferramentas como vídeo, textos, áudio, retransmissão e engajamento.

David Meerman Scott, no seu livro ‘Marketing e Comunicação na Era Digital’, define as mídias sociais de modo mais abrangente, segundo Scott (2013, p. 44):

Mídias sociais fornecem maneiras para as pessoas partilharem ideias, conteúdo, pensamentos e relações on-line. Diferem da mídia tradicional porque qualquer um pode criar, comentar ou acrescentar algo aos conteúdos na web. As mídias sociais podem ter a forma de texto, áudio, vídeo, imagens e comunidades.

O autor acrescenta que as mídias sociais são um superconjunto, nisto as redes sociais, como Facebook por exemplo é um subconjunto das mídias, que é uma rede social, a rede social por sua vez, segundo Scott (2013), acontece quando pessoas criam um determinado perfil para interagir e tornar-se parte de uma comunidade formada por pessoas com ideias em comum.

A partir destas noções, sobre as mídias, podemos ver que o engajamento a visibilidade e reconhecimento no mundo digital provêm destes meios, assim, pensar esses ativos simbólicos do mundo digital dentro da realidade moçambicana, é observar o exercício desses meios de comunicação a partir de plataformas como *Facebook, Instagram, Tik Tok* entre outras.

Visto que, as relações sociais passam por mudanças sociais, no exercício de experiências históricas, com a mercantilização de pessoas negras na era de tráfico negreiro e na era colonial, estas relações ocasionaram a desumanização de certos corpos e marginalização, como as pessoas africanas e afrodescendentes.

A visibilidade é desigual, por conta disso, alguns corpos recebem mais valor do que outros (Hooks, 2017), esses contornos são um reflexo dos processos históricos, de tal maneira que as desigualdades de hoje não são só culpa de ações individuais, mas de processos históricos. Hoje, certos padrões de beleza ainda recebem mais atenção, enquanto corpos negros precisam lutar por visibilidade.

O colorismo pode ser entendido como uma ideologia, assim como o racismo, para Devlusky (2012) o colorismo é uma tecnologia social construída historicamente para criar hierarquias raciais, tanto econômicas quanto afetivas. Na mesma linha de pensamento, Kilomba (2019) demonstra que o colonialismo criou hierarquias entre pessoas negras a partir da

tonalidade da pele, neste caso, a proximidade com a branquitude passou a ser associada a maior aceitação social, enquanto características consideradas mais africanas foram desvalorizadas. Com isso, quanto mais clara for a cor do negro há mais oportunidades ou prestígios sociais (Devlusky, 2012). Esse paradoxo encontra-se no meio digital. No entanto, é nesta perspectiva pretende-se aprofundar, porque Moçambique, enquanto uma sociedade marcada por políticas da pele (Kilomba, 2019), essas hierarquias estão presentes cotidianamente na esfera social, quando pessoas com pele mais clara tem mais acessos no mercado, quando estes têm sido observadas como o padrão estético.

O ambiente digital reproduz mecanismos do colorismo presentes na sociedade fora da internet, as redes sociais modificam a maneira como as identidades raciais são performadas e percebidas socialmente. A aparência física, os traços fenotípicos, o tom de pele e até os modos de falar e se apresentar tornam-se constantemente avaliados pelos usuários digitais. Para Terlizzi (2025), o colorismo não atua apenas nas relações presenciais, mas também influencia diretamente a visibilidade, o reconhecimento e a validação social dentro das plataformas digitais.

Maior parte do desenvolvimento deste trabalho exige o contato direto com os participantes da pesquisa, isto porque, a percepção dos usuários, isto é, jovens negros com certo engajamento, visibilidade e reconhecimento em Moçambique na cidade de Maputo.

6.1 O COLORISMO COMO FENÔMENO SOCIAL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O colorismo constitui um fenômeno social complexo que opera como uma tecnologia de hierarquização racial baseada na tonalidade da pele. Cunhado pela primeira vez por Alice Walker em 1982, o termo designa a discriminação ou tratamento preferencial entre pessoas da mesma raça a partir da cor da pele. Gasman e Abiola (2016) definem o colorismo como uma forma de discriminação intrarracial que indica que indivíduos de pele mais clara que se autodeclaram negros recebem mais oportunidades e privilégios do que aqueles de pele mais escura. Essa definição, embora precise, não esgota a complexidade do fenômeno, que se manifesta como um sistema de estratificação baseado no tom de pele, no qual aqueles com as tonalidades mais claras recebem os maiores privilégios, enquanto os de tonalidades mais escuras recebem os menores.

A análise do colorismo, contudo, não pode prescindir de um exame mais aprofundado de suas raízes históricas e de suas articulações com o racismo estrutural. Devlusky (2021)

compreende o colorismo como uma tecnologia social construída historicamente para criar hierarquias raciais, tanto econômicas quanto afetivas. Nessa perspectiva, o colorismo não é um fenômeno autônomo ou secundário em relação ao racismo, mas uma de suas manifestações mais perversas, na medida em que fragmenta internamente as populações negras, atribuindo valores diferenciados a corpos que, do ponto de vista do sistema racista, são todos igualmente subalternizados.

A literatura especializada tem demonstrado que a discriminação baseada no tom de pele afeta múltiplas dimensões da vida, incluindo educação, emprego, habitação, relações amorosas, sentenças criminais e mesmo níveis de depressão e autoestima. Estudos recentes com adolescentes negros e sul-asiáticos revelaram que experiências de colorismo predizem menor autoestima corporal e menor autoestima geral, mesmo após controle de variáveis demográficas como gênero, idade e tonalidade de pele autorreferida. O colorismo proveniente do próprio grupo racializado mostrou-se preditor ainda mais forte da autoestima, sugerindo que a discriminação intragrupal pode minar o senso de pertencimento e autoaceitação dos jovens.

No campo teórico, embora o colorismo tenha ganhado crescente atenção acadêmica, ainda não existe um quadro teórico unificador que oriente sua análise. *Critical race theorists* têm recorrido a noções de preconceito e preferência para explicar as vantagens percebidas que indivíduos de pele mais clara desfrutam em comparação com aqueles de pele mais escura. Contudo, como observa Reese (2019), os teóricos críticos da raça têm sido frequentemente excluídos dos estudos formais sobre colorismo, embora suas contribuições sejam fundamentais para compreendê-lo como um desdobramento direto da dominação racial.

W.E.B. Du Bois, em *The Souls of Black Folk* (1903), já havia antecipado a problemática do colorismo ao utilizar o conceito de *double consciousness* para explicar o fenômeno de sempre ver a si mesmo através das lentes dos outros, pensando a si mesmo como tendo uma duplicidade: ser uma pessoa de cor e um americano, mas não ser visto como parte da sociedade mais ampla por causa da tonalidade mais escura da pele. Essa formulação pioneira ilumina a dimensão psicológica e subjetiva do colorismo, que não se limita à alocação desigual de recursos materiais, mas afeta profundamente a constituição da identidade e da autoestima.

A distinção analítica entre racismo e colorismo merece atenção. Norwood (2015) argumenta que, enquanto o racismo se manifesta quando um indivíduo que se autodeclara negro tem serviços ou emprego negados unicamente por ser negro, o colorismo opera quando o acesso a serviços ou emprego é condicionado a um tratamento preferencial para pessoas de pele mais clara em comparação com aquelas de pele mais escura. Essa distinção, embora útil, não deve

obscurer o fato de que ambos os fenômenos são expressões de um mesmo sistema de dominação racial que hierarquiza corpos com base em sua proximidade com a branquitude.

6.2 COLONIALISMO PORTUGUÊS E A PRODUÇÃO DE HIERARQUIAS RACIAIS EM MOÇAMBIQUE

Compreender o colorismo no contexto moçambicano exige uma imersão na história colonial portuguesa e em seus desdobramentos na formação social do país. Moçambique, ex-colônia portuguesa que alcançou sua independência em 1975, foi moldado por séculos de dominação colonial que estabeleceram profundas hierarquias raciais e estéticas. O colonialismo português, de caráter marcadamente assimilacionista, criou mecanismos sutis e sofisticados de distinção racial que persistem até o presente.

O sistema de assimilação, pedra angular da política colonial portuguesa, estabeleceu categorias hierarquizadas de cidadania baseadas na adoção da cultura, língua e costumes portugueses. Os "assimilados" – africanos que atendiam a critérios rigorosos de "civilização" – ocupavam uma posição intermediária entre os brancos colonizadores e a massa da população africana considerada "indígena". Essa política, longe de promover igualdade, criou uma estratificação racial que valorizava a proximidade com a cultura e, por extensão, com a aparência europeia.

A construção da raça em Moçambique é, como destaca Monteiro (2023), um produto da formação racial colonial. Apesar da crença prevalente de que raça e racismo não existem na África, Moçambique continua a ocupar a base da hierarquia racial no atual sistema econômico global de supremacia branca. O período de dominação colonial, que se estendeu do final do século XIX até meados do século XX, foi marcado pela exploração portuguesa dos recursos do país e pelo controle de sua população mediante a imposição de conceitos de supremacia racial e direito divino de governar sobre os "primitivos" que habitavam o continente escuro.

O legado colonial manifesta-se não apenas nas estruturas institucionais, mas também nas subjetividades e nas práticas cotidianas dos moçambicanos. Pesquisas etnográficas realizadas em Maputo revelam a persistência de hierarquias estéticas que valorizam a pele mais clara e os traços fenotípicos europeus. Como registrou Junod (1962), "uma compleição clara é preferida a uma muito escura", acrescentando sua própria explicação: "porque as raças branca e amarela são consideradas superiores". Observações de campo na capital moçambicana documentam a prevalência de cremes clareadores, piadas sobre a escuridão da pele e a

associação entre pele clara e beleza. Crianças são advertidas para não mexer no nariz para evitar que ele se torne largo, e mulheres descrevem cabelos "de branco" como objeto de desejo.

Em Moçambique, diferentemente do Brasil, onde a raça é classificada e definida pela cor da pele, os locais são sempre negros, e os brancos são estrangeiros – com exceção da elite, onde existe a designação "moçambicano branco" para descendentes de portugueses que permaneceram. Essa particularidade não elimina, contudo, a hierarquização interna baseada na tonalidade da pele. O colorismo, nesse contexto, opera produzindo divisões internas e reafirmando que, mesmo quando preferida, a pele mais clara continua sendo não-branca.

Humbane e Chemane (2021) oferecem uma contribuição crucial para a compreensão do racismo e do colorismo em Moçambique ao analisar como o sistema educacional colonial e pós-colonial perpetuou hierarquias raciais. Os autores argumentam que, com a Independência, a escola moçambicana não foi transformada em sua ideologia racista. A persistência dessas estruturas, aliada à crença generalizada de que o racismo foi superado – resultado da tentativa de construção de uma sociedade socialista em que o racismo foi, pelo menos no plano discursivo, alvo de combate político –, contribui para a naturalização das desigualdades raciais.

6.3 O COLORISMO NO AMBIENTE DIGITAL: PLATAFORMAS, ALGORITMOS E VISIBILIDADE

As redes sociais emergem como espaços privilegiados para a observação da reprodução e, em alguns casos, da contestação do colorismo. Costa (2017) define as mídias sociais como um novo modelo de comunicação que envolve uma variedade de plataformas – *Facebook*, *Instagram*, *TikTok*, *YouTube*, entre outras – onde as interações acontecem de forma ampliada, com mais disponibilidade, diversidade e informação por meio de ferramentas como vídeo, textos, áudio, retransmissão e engajamento. Scott (2013) complementa essa definição ao afirmar que as mídias sociais fornecem maneiras para as pessoas compartilharem ideias, conteúdo, pensamentos e relações online, diferenciando-se da mídia tradicional porque qualquer um pode criar, comentar ou acrescentar algo aos conteúdos na web.

No entanto, a aparente democratização proporcionada pelas mídias sociais oculta mecanismos de exclusão e hierarquização que reproduzem desigualdades estruturais. Terlizzi (2025) argumenta que a internet não é um espaço neutro, mas um ambiente profundamente atravessado por relações históricas de poder, racismo e colonialidade. O colorismo, nessa perspectiva, não atua apenas nas relações presenciais, mas também influencia diretamente a visibilidade, o reconhecimento e a validação social dentro das plataformas digitais.

A literatura recente tem se dedicado a investigar como o colorismo opera no ambiente digital. Love (2025) propõe o conceito de Racial Phenotype Labor (RPL) para descrever o trabalho adicional exigido de pessoas de posições subjetivas marginalizadas dentro de populações já marginalizadas. No contexto dos influenciadores de beleza negros, a primeira camada do RPL envolve o trabalho de tonalidade da pele, no qual os criadores de conteúdo de pele mais escura precisam combater preconceitos e discursos negativos tipicamente associados à pele escura, ao mesmo tempo em que se apresentam como comercializáveis para empresas de cosméticos, espectadores e algoritmos de plataforma. Love conclui que o colorismo permanece especialmente generificado e funciona como um agente do capitalismo racial dentro da economia digital de influenciadores.

Pesquisas empíricas têm confirmado essas análises. Um estudo com 576 afro-americanos, principalmente mulheres negras, revelou que influenciadores de beleza com pele mais escura são avaliados como menos atraentes e menos competentes, e os participantes indicaram que seriam menos propensos a clicar nos vídeos desses influenciadores em comparação com aqueles de pele marrom clara e marrom média. Esses resultados sugerem que, mesmo entre espectadoras negras, as preferências por conteúdo de beleza são dependentes da tonalidade da pele. Dado que o número de visualizações é uma métrica significativa para a comercialização de influenciadores, as disparidades de visualização ao longo das linhas de tonalidade da pele têm o potencial de ampliar o fosso entre influenciadores negros, criando oportunidades desproporcionais de sucesso dentro de uma população já marginalizada.

O racismo algorítmico constitui uma dimensão crucial dessa problemática. As plataformas de redes sociais utilizam algoritmos complexos para determinar o que os usuários veem, amplificando ou suprimindo conteúdos. Embora apresentados como sistemas neutros, esses algoritmos são frequentemente treinados com dados históricos que refletem e perpetuam preconceitos sociais existentes, incluindo o racismo – fenômeno que tem sido denominado racismo digital. Para influenciadores negros, essa arquitetura algorítmica não é neutra: seu conteúdo pode ser despriorizado, sua visibilidade limitada e suas contas submetidas a moderações mais rígidas, impactando diretamente seu potencial de engajamento e ganhos financeiros. Pesquisas em andamento buscam demonstrar a existência de um racismo algorítmico estrutural nas plataformas de redes sociais, que desfavorece sistematicamente influenciadores digitais negros e limita seu potencial de crescimento e remuneração.

As plataformas digitais, portanto, não apenas refletem as hierarquias raciais existentes na sociedade offline, mas as intensificam por meio de mecanismos algorítmicos que recompensam a semelhança e penalizam a diferença. A visibilidade algorítmica – isto é, a

capacidade de ser recomendado, impulsionado e, conseqüentemente, visto – torna-se um recurso distribuído de forma desigual ao longo das linhas raciais e, dentro delas, ao longo das tonalidades de pele.

6.4 SUBJETIVIDADE, AUTOESTIMA E A POLÍTICA DA PELE EM MOÇAMBIQUE

A dimensão subjetiva do colorismo constitui um aspecto fundamental para a compreensão de seus impactos na vida dos jovens moçambicanos. Kilomba (2019) examina a atemporalidade do racismo cotidiano, descrevendo-o não apenas como um sistema de opressão, mas como uma experiência vivida que coloca o sujeito negro dentro de uma cena colonial onde, como em um cenário de plantation, ele é aprisionado como o "Outro" subordinado e exótico. A política da pele, nessa perspectiva, não se limita à discriminação externa, mas penetra a própria constituição da subjetividade, moldando a forma como os sujeitos negros se veem e se relacionam com seus corpos.

Frantz Fanon, em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952), oferece um arcabouço teórico fundamental para compreender esse processo. Fanon ressalta que racismo e colonialismo devem ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele. A colonização racial gera uma alienação psíquica que leva o sujeito negro a desejar a branquitude e a rejeitar sua própria negritude. No contexto moçambicano, essa alienação manifesta-se na preferência estética pela pele clara, no uso de cremes clareadores, na valorização de cabelos lisos em detrimento dos crespos, e na associação entre proximidade com a branquitude e maior valor social.

A literatura sobre colorismo e saúde mental tem demonstrado consistentemente os efeitos prejudiciais da discriminação baseada na tonalidade da pele sobre o bem-estar psicológico de jovens negros. Estudos com adolescentes revelam que o colorismo prediz menor autoestima corporal e menor autoestima geral. A discriminação intragrupal, em particular, emerge como preditor mais forte da autoestima, sugerindo que a rejeição proveniente do próprio grupo racializado pode minar profundamente o senso de pertencimento e autoaceitação.

No contexto digital, esses processos se intensificam. A exposição constante a padrões estéticos que privilegiam a pele clara, combinada com algoritmos que recompensam determinados fenótipos, pode exacerbar a ansiedade corporal e as pressões do colorismo. Para jovens moçambicanos que buscam reconhecimento e visibilidade nas redes sociais, a tonalidade da pele torna-se um marcador que pode facilitar ou dificultar o acesso a esses ativos simbólicos.

A hashtag #MelaninMagic, que ganhou popularidade em plataformas como Instagram, representa uma forma de resistência a essas pressões. Millennials e a Geração Z têm utilizado essa hashtag para combater o estigma do colorismo, encorajando indivíduos de pele escura e média a abraçar e celebrar sua tonalidade de pele apesar da discriminação enfrentada em gerações anteriores. No entanto, como observam pesquisadores, essas formas de resistência digital coexistem com a persistência de estruturas algorítmicas e culturais que continuam a desvalorizar corpos mais escuros.

6.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM MOÇAMBIQUE

A produção acadêmica sobre colorismo em Moçambique é ainda incipiente, o que torna este estudo particularmente relevante. Humbane e Chemane (2021) identificam duas razões principais para essa escassez. A primeira diz respeito à estrutura demográfica do país: os negros compõem 99% da população, e as demais categorias raciais – mestiços, brancos, indianos, paquistaneses e chineses – representam apenas 1%. Essa homogeneidade racial aparente pode criar a ilusão de que o racismo e o colorismo são problemas irrelevantes ou inexistentes.

A segunda razão, mais complexa, refere-se ao legado do projeto socialista pós-independência. Moçambique viveu uma tentativa de construção de uma sociedade socialista em que o racismo foi, pelo menos no plano discursivo, alvo de intenso combate político. Como resultado, paira no imaginário de muitos a ideia de que o país é um espaço onde o racismo foi efetivamente vencido ou superado. Esse discurso oficial, embora bem-intencionado em seus propósitos anticoloniais, teve o efeito perverso de invisibilizar a persistência de hierarquias raciais e estéticas herdadas do período colonial.

A análise da categoria raça na história do Estado moçambicano revela que a construção racial em Moçambique é um produto da formação racial colonial, e que as hierarquias estabelecidas durante o domínio português continuam a operar, ainda que de formas mais sutis e naturalizadas. O colorismo, nesse contexto, emerge como um dispositivo que permite a reprodução dessas hierarquias sem que sejam explicitamente nomeadas como racistas.

É nesse cenário que se insere a presente investigação. Ao buscar compreender como o colorismo influencia a visibilidade, o reconhecimento e o engajamento de jovens negros moçambicanos nas redes sociais, este estudo contribui para preencher uma lacuna significativa na literatura, ao mesmo tempo em que oferece subsídios para a compreensão de um fenômeno que afeta profundamente a subjetividade e as oportunidades de uma geração que busca afirmar-se no espaço digital.

A interseção entre colonialidade, racismo, colorismo e ambiente digital ainda é pouco explorada no contexto moçambicano. A presente revisão bibliográfica buscou estabelecer as bases teóricas e conceituais necessárias para essa análise, articulando contribuições da teoria crítica da raça, dos estudos pós-coloniais, da sociologia da discriminação e dos estudos de mídia digital. Essa articulação teórica, embora multifacetada, encontra sua unidade na compreensão do colorismo como um fenômeno estrutural que opera em múltiplas escalas – da subjetividade individual à arquitetura algorítmica das plataformas digitais – e que, em Moçambique, carrega as marcas indeléveis de um passado colonial que insiste em se fazer presente.

7 METODOLOGIA

A metodologia enquanto parte integrante de um projeto de pesquisa, normalmente, reúne o passo a passo de ações, procedimentos e técnicas para a realização de uma pesquisa científica, Goldenberg (2004), destaca que o desenvolvimento de um trabalho criterioso e rigoroso depende de atributos pessoais do pesquisador, como curiosidade, criatividade, disciplina e, especialmente, paixão. A autora define a pesquisa como sendo um trabalho de produção de conhecimento original e sistemático, baseado no confronto permanente entre o desejo e a realidade possível. Metodologia, neste contexto, é o estudo dos caminhos a serem seguidos, que auxilia o pesquisador a refletir e propicia um novo olhar sobre o mundo.

Dessa forma, neste estudo optou-se pela pesquisa exploratória (Gil, 2010) e bibliográfica (Gil, 2010), com a aplicação da pesquisa qualitativa baseada em etnografia virtual e estudo de caso, utilizando entrevistas semiestruturadas por videochamada e análise de conteúdos digitais (vídeos, imagens e postagens), buscando compreender experiências, percepções e trajetórias sociais dos jovens moçambicanos nas plataformas digitais.

Segundo Becker (2006), a pesquisa qualitativa, quando bem executada, é frequentemente mais precisa e rigorosa do que os métodos que dependem de indicadores remotos, pois exige menos inferência e menos pressupostos sobre o que os atores pensam ou fazem, segundo o mesmo autor, as vantagens epistemológicas específicas da pesquisa qualitativa, especialmente na etnografia, residem principalmente em três pilares: o ponto de vista do ator, o foco no mundo cotidiano e a busca pela descrição densa. Ao insistir no ponto de vista do ator social, a etnografia procura determinar, com precisão e rigor, os significados que as pessoas dão aos objetos, eventos e ações em suas vidas, o que é visto como um critério crucial para uma ciência social adequada (Becker, 2006), desta forma, a aplicação de um estudo

que envolve uma etnografia virtual torna-se fundamental, na medida que permite-nos fazer compreender as experiências de jovens moçambicanos negros e negras, quanto aos fatores de influência na visibilidade, reconhecimento e engajamento nas redes sociais.

A inclusão de vídeos, imagens e postagens como fontes de dados releva esta pesquisa o que cria uma inovação no uso de outros recursos para a coleta de dados, o uso de vídeos ou documentários para a realização de trabalhos antropológicos, aponta-se que o uso de recursos como (filme e documentário), na antropologia teve início na década 1920, Segundo Coelho (2012) a integração sistemática entre cinema e etnografia ocorreu mais tarde (1936-1939), com os antropólogos Gregory Bateson e Margareth Mead, que em seus estudos sobre Bali (resultando em *Balinese Character*, 1942), buscaram resolver o uso do filme como parte integrante da pesquisa antropológica. Com isso, o uso de material virtual e audiovisual neste estudo é parte integral, tendo em vista o foco na análise de um fenômeno que decorre no ambiente virtual por meio de postagens, vídeos e filmes de curta e longa-metragem de jovens negros e negras no contexto moçambicano.

Na parte técnica, para o caso da entrevista, o estudo contará com 8 a 10 jovens negros (18 a 30 anos), com tons de pele clara, média e escura, de diferentes gêneros, ativos nas redes sociais, as perguntas serão abertas, semiestruturadas, com tempo mínimo de 40 minutos mínimo para cada entrevista, através de videochamada no *Google meet* ou *Zoom*. Quanto à análise dos dados, pretende-se analisar vídeos, imagens e postagens do corpus da amostra, buscando compreender experiências, percepções e trajetórias sociais dos jovens moçambicanos nas redes sociais.

8 CRONOGRAMA

Atividades	Mês 1-2	Mês 3-4	Mês 5-6	Mês 7-8	Mês 9- 10	Mês 11- 12	Mês 13- 14	Mês 15- 16	Mês 17- 18	Mês 19- 20	Mês 21- 22	Mês 23- 24
Revisão bibliográfica e aprofundamento teórico	X	X	X									
Fichamentos e sistematização da literatura	X	X	X									
Refinamento do referencial teórico e categorias analíticas preliminares		X	X	X								
Definição do campo virtual, critérios de seleção dos participantes e corpus digital			X	X								
Elaboração dos instrumentos de pesquisa (roteiro de entrevista)			X	X								
Submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)				X								
Tramitação e aprovação ética					X	X						
Realização das entrevistas							X	X	X			

REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard S. **A epistemologia da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- COELHO, Rafael Franco. **Algumas notas sobre a história do cinema documentário etnográfico**. [Local de publicação não especificado]: Revista Comunicación, 2012.
- COSTA, Camila Gino Almeida. **Gestão de mídias sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2017.
- DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- DU BOIS, W. E. B. **The Souls of Black Folk**. Chicago: A.C. McClurg & Co., 1903.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. (Original publicado em 1952).
- GASMAN, Marybeth; ABIOLA, Chinelo. **Colorism and the impact on educational outcomes**. In: The Wiley Handbook of Educational Policy. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2016.
- GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HUMBANE, Eduardo Moises Jamisse; CHEMANE, Orlando Daniel. **Até quando as máscaras brancas? Educação e racismo em Moçambique**. Roteiro, Joaçaba, v. 46, jan./dez. 2021.
- HUMBANE, Eduardo Moises Jamisse; CHEMANE, Orlando Daniel. **Até quando as máscaras brancas? Educação e racismo em Moçambique**. Roteiro, Joaçaba, v. 46, jan./dez. 2021.
- JUNOD, Henri Philippe. **Os costumes dos indígenas de Moçambique**. Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1962.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOVE, J. **Racial Phenotype Labor: Colorism and the influencer economy**. New Media & Society, 2025. No prelo.
- MONTEIRO, R. **Raça e formação racial em Moçambique: heranças coloniais e persistências contemporâneas**. Cadernos de Estudos Africanos, n. 45, p. 67-89, 2023.
- NORWOOD, Kimberly J. **Colorism and the Black-White Binary**. In: The Encyclopedia of Race and Racism. 2. ed. Detroit: Macmillan Reference USA, 2015.
- REESE, M. **Critical Race Theory and Colorism: A theoretical framework**. Race and Social Problems, v. 11, n. 2, p. 145-158, 2019.
- SCOTT, David Meerman. **Marketing e Comunicação na Era Digital: fale diretamente com o cliente!** Tradução: J. E. Mendonça. São Paulo: Évora, 2013.

SOWETO, Damara; MARTINS, Júnia. **Na pele do estudante africano no Brasil:** adaptação, racismo e sociabilidade. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. 2016.

TERLIZZI, Maíra Brás Costa. **Os discursos circulantes sobre os pardos nas mídias digitais.** Cáceres-MT: Universidade do Estado de Mato Grosso, 2025.